RESUMO
O conceito de inclusão, baseado nas políticas educacionais atuais, oferece a oportunidade de transformar sociedades e instituições para exercer o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, gênero, preferência sexual, condição cultural, social, econômica e de deficiência. O direito das pessoas com deficiência à inclusão educacional evoluiu do modelo assistencial, terapêutico e educacional para a abordagem inclusiva. Fazer a história de como ela evoluiu em cada nível educacional até o nível superior nos permite reconhecer que a cada dia há mais pessoas com deficiência que conseguem se preparar profissionalmente. É fundamental oferecer capacitação aos professores sobre adaptações curriculares e apoio ao processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que existem limitações em relação ao tema nas universidades. É importante reconhecer o apoio prestado em termos de orientação, aconselhamento e treinamento aos profissionais do ensino superior para prestar cuidados a alunos com deficiência, distúrbios do neurodesenvolvimento ou dificuldades específicas de aprendizagem. Eles não têm sido os mais relevantes de acordo com os princípios de uma educação inclusiva que minimiza ou elimina as barreiras à aprendizagem e à participação. Uma das preocupações para a inclusão educacional no Ensino Superior são as práticas docentes de professores com formação disciplinar, especialistas na área de conhecimento das unidades de aprendizagem que lecionam. No entanto, é necessária uma formação didática sobre as condições, características, interesses, estilos, necessidades, habilidades dos alunos com deficiência.
Palavras-chave: Formação; Habilidades; Inclusão Educacional.

INTRODUÇÃO

Os processos de aprendizagem dos alunos com deficiência que se consolidam têm permitido que eles desenvolvam habilidades para alcançar uma educação no nível superior.

A partir da comunicação e interação com os alunos com deficiência e suas famílias que ingressam no nível do Ensino Superior, percebe-se um aluno animado que está pronto para enfrentar novos desafios para continuar nessa trajetória. Reconhecem-se como sujeitos com capacidades e potencialidades, onde podem solicitar o apoio de que necessitam aos outros, onde o aluno sabe o que fazer e como fazer para aprender, mas também enfrenta o desafio de outras novas barreiras.

A inclusão é uma alternativa – como fenômeno social – à exclusão, devido ao aumento exponencial desta última nas sociedades contemporâneas, como um dos efeitos da globalização neoliberal. Tanto a inclusão quanto a exclusão irradiam para as esferas cultural, educacional, institucional ou familiar. Daí a necessidade de fornecer elementos científicos baseados na transdisciplinaridade, com base nos princípios da educação inclusiva1 para a construção de um modelo que materialize tais aspirações.

A exclusão é considerada como uma fratura da sociedade que afeta sujeitos marginalizados ou segregados (sem acesso ou possibilidades de oportunidades em aspectos vitais ou culturais que incluem a educação). A palavra vem do latim exclusio. Manifesta-se no aumento dos níveis de pobreza, estigmatização, discriminação e desvantagens sociais, privando-os da sua condição e dos seus direitos de cidadania. Está enraizada no sistema de valores que violam a integridade da condição humana e que, na ordem educativa, dá lugar à exclusão educativa que leva à exclusão social.

A exclusão se expressa por meio da marginalização e segregação de grandes grupos e setores sociais em situações de desigualdade, devido a diversas causas sociais (origem étnica, cultural, social ou habilidades cognitivas). Em primeiro lugar, a exclusão se manifestou em grupos de risco ou discriminados com base em raça, etnia, credos, orientação

sexual, gênero, cultura, origem social ou pessoas marginalizadas identificadas como improdutivas ou deficientes.

As reformas inclusivas respondem aos princípios da Declaração de Salamanca com base na participação da comunidade. Dela deriva a concepção de educação inclusiva com práticas democráticas que contém dois processos inter-relacionados: aumentar a participação na cultura e no currículo nas escolas e reduzir sua exclusão em termos de participação que os ajude a enfrentar barreiras.

Os desafios do desenvolvimento e fortalecimento da democracia em todas as áreas do mundo atual, e especialmente nas instituições educacionais, não são deixados de lado e nos obrigam a repensar – a partir de uma abordagem democrática – a formação ou preparação que os professores devem ter diante da mudança educacional nos processos de gestão educacional. Dessa forma, há uma relação entre o sistema político, a democracia, a sociedade, o Estado e a instituição educacional, baseada em laços estabelecidos de interconexão e interdependência, onde a democracia, a instituição educacional e a sociedade formam um único sistema.

O ACOLHIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

O acolhimento de alunos com deficiências é um pilar fundamental da educação inclusiva, que busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas necessidades especiais. O acolhimento não se resume apenas a receber esses alunos nas instituições de ensino, mas também envolve a criação de um ambiente acolhedor, respeitoso e inclusivo, onde cada indivíduo é valorizado e tem suas necessidades atendidas de forma adequada.

Ao acolher alunos com deficiências, é essencial que as escolas e educadores adotem uma abordagem empática e proativa. Isso significa não apenas oferecer suporte técnico e recursos adequados, mas também promover a aceitação, a compreensão e a empatia entre todos os membros da comunidade escolar. O acolhimento não deve ser apenas uma questão de cumprir obrigações legais ou normativas, mas sim um compromisso genuíno de garantir que cada aluno se sinta bem-vindo, valorizado e capaz de alcançar seu pleno potencial.

A inclusão de alunos com deficiências beneficia não apenas esses estudantes, mas toda a comunidade escolar. Ela promove a diversidade, o respeito às diferenças e a aprendizagem mútua. Ao acolher a diversidade de habilidades, experiências e perspectivas, as escolas podem criar um ambiente enriquecedor e estimulante para todos os alunos, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Para garantir um efetivo acolhimento de alunos com deficiências, é essencial investir em formação e capacitação para os profissionais da educação, promover a colaboração com familiares e especialistas, e adotar práticas pedagógicas inclusivas e individualizadas. Ao reconhecer e valorizar a singularidade de cada aluno, as escolas podem criar um ambiente onde todos se sintam respeitados, apoiados e motivados a aprender e crescer juntos.

Os desafios de desenvolver e fortalecer a democracia no mundo atual, em todas as áreas e especialmente nas instituições educacionais, não são deixados de lado e nos obrigam a repensar – a partir de uma abordagem democrática – a formação ou preparação que os professores devem ter diante da mudança educacional nos processos de gestão educacional.

A partir da sociologia, há uma relação entre o sistema político, a democracia, a sociedade, o Estado e a instituição educacional, baseada em laços estabelecidos de interconexão e interdependência, onde a democracia, a instituição educacional e a sociedade formam um único sistema. Desse ponto de vista, a democracia para o sistema educacional significa igualdade de acesso, possibilidade real de permanência e sucesso na instituição escolar, direito à educação, na e perante a lei.

Para conceber uma educação inclusiva, a sociedade e a escola têm a missão de criar uma instituição onde todos os alunos se sintam acolhidos, uma educação adequada às suas capacidades e necessidades que receba o apoio e a ajuda de que necessitam, para além dos professores, para que o seu trabalho seja bem-sucedido e ligado ao esforço da

escola e da comunidade.
A inclusão se apresenta como um desafio, pois cria um espaço múltiplo para iniciativas por meio da transdisciplinaridade (filosofia, sociologia da educação, educação especial, antropologia cultural, psicologia social e teorias da aprendizagem).
A educação inclusiva enfrenta várias barreiras6 que impedem sua realização, ao buscar o respeito e a participação dos alunos como um compromisso ético dessa nova cultura para evitar a exclusão:

- Políticas educacionais: leis e regulamentos contraditórios
- Cultural: conceitual e atitudinal
- Didática: ensino-aprendizagem

A unidade entre as políticas educacionais é necessária para a aquisição da aprendizagem e a participação dos alunos, dada a existência de normativas contraditórias entre as teorias e práticas pedagógicas.
Em segundo lugar, impede o desenvolvimento de uma educação inclusiva, a cultura homogeneizada, que decide as habilidades cognitivas que os alunos possuem e as divide em normais e especiais, estigmatizando-as com base na aplicação de certos diagnósticos que acabam sendo discriminatórios; Pelo contrário, o diagnóstico desempenha um papel fundamental na busca do conhecimento e na descoberta do estado do conhecimento em um determinado momento, orientando o professor sobre as competências cognitivas e culturais que seus alunos possuem para traçar estratégias curriculares inclusivas.
Daí derivam as barreiras didáticas no processo de ensino, entre aqueles que têm capacidade de aprendizagem e aqueles que não têm. As seguintes barreiras afetam esse indicador: gênero, migração, idioma, racismo, religião, diversidade sociocultural e econômica, funcional e política.
A sala de aula torna-se um palco cultural e público, onde seus atores (alunos e professores) em interação, são construtores de conhecimento para alcançar uma "comunidade de aprendizagem", incorporando assim um ensino "dialógico" onde se admitem critérios opostos, diferentes, não hegemônicos, por meio da realização de atividades cooperativas, com predominância da solidariedade e da democracia, por meio de um currículo moderno, que deve se aprofundar nas diferenças para eliminar as desigualdades.
Por meio do diálogo, obtém-se a aprendizagem instrumental, atitudinal e processual para a gestão da informação, o desenvolvimento de habilidades comunicativas, a capacidade de trabalhar de forma colaborativa em equipes para a gestão da linguagem, o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, flexível, autônomo, participativo e democrático, como resultado da educação dialógica.
O Programa UNESCO (2020) para escolas e salas de aula propõe o ensino compartilhado entre vários professores em sala de aula, a fim de registrar as etapas dos processos para posterior análise, criação de grupos interdisciplinares que elaborem estratégias de aprendizagem nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação, construção de comunidades de aprendizagem que promovam a igualdade de possibilidades e acesso, que promovam uma troca dialógica que respeite as diferenças, delineando metodologias correlatas que a tornem possível:

- Criação de salas de aula inclusivas com a proposta de vários grupos interativos ou equipes de estudo compostas por quatro ou cinco alunos cada, com uma composição heterogênea em motivações, códigos culturais, linguagem, habilidades, para alcançar um diálogo igualitário que permita melhorar as relações interpessoais, a convivência e os resultados acadêmicos.
- Encontros dialógicos que promovem trocas culturais e histórias de vida, onde o respeito e a reflexão mediam.
- Bibliotecas tutoradas: espaços de intercâmbio extracurricular para acesso bibliográfico gratuito, onde prevalece a divulgação da leitura de textos, busca de informações e planejamento de projetos.

A educação inclusiva está apostando na atenção à diversidade, com um currículo diversificado para todos, que não coloca rótulos, sem uma abordagem segregacionista, que inclua a diversidade de origens sociais, étnicas, religiosas, de gênero, culturais, bem como deficiências. Nessa direção, a escola deve responder a essa diversidade e preparar os professores para enfrentar esse gran-

de desafio.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Certamente, os genitores de um infante com distúrbio do espectro autista (TEA) usualmente experimentam, em um primeiro momento, a alegria imensa de ter um filho que, à primeira vista, parece desenvolver-se como qualquer outro. Contudo, em alguma fase do crescimento, geralmente após o primeiro ano, começam a surgir certos comportamentos que confundem os pais, sinais que geram inquietação e que se intensificam com o passar do tempo. A recusa ao contato afetivo, a falta de reação a instruções verbais ou brincadeiras repetitivas são elementos que provocam um impacto profundo. Frequentemente, diante desses indicativos, os pais buscam por respostas junto a especialistas, principalmente pediatras, sem sucesso.

A ausência de alterações físicas óbvias na maioria das crianças com autismo dificulta a identificação do problema. O autismo muitas vezes frustra a primeira percepção de emoções intensas que surgem da preparação biológica para a reprodução (Rivière, 1997a). "A existência das pessoas com autismo é bastante complexa, pois a sua limitação não é visível à primeira vista e é de difícil compreensão" (Stanton, 2002, p.17).

Apresentar traços físicos normais, juntamente com a possibilidade de ter níveis de oleosidade elevados em algumas áreas do desenvolvimento, gera grandes incertezas nos pais, levando-os a questionar se o seu filho pode ter algum problema, ainda que não seja um distúrbio grave e irreversível como o autismo.

Somado a isso, os profissionais muitas vezes respondem às preocupações dos pais, tranquilizando-os e assegurando que o filho não enfrenta nenhum problema, encorajando-os a agir como pais convencionais e a não analisar o desenvolvimento do filho de forma negativa. Compreendemos a extensa incerteza que essas famílias atravessam. Esperança e desespero coexistem, gerando um impacto doloroso em quem observa uma criança com aparência típica.

A sensibilização em relação ao autismo é particularmente desafiadora, pois envolve uma condição associada a uma certa ambiguidade, incluindo a grande variação no prognóstico, a ausência de marcadores biológicos e a dificuldade dos pais em detetar sutis sintomas como esses que caracterizam o autismo em suas fases iniciais, devido à ampla gama de manifestações. O autismo não é uma desordem uniforme, nem claramente definida, e sua apresentação varia em um espectro de menos a mais afetado. Evolui ao longo do tempo, sendo influenciado por fatores como o nível de capacidade intelectual associada ao acesso a apoio especializado.

É possível que, no autismo e em outros distúrbios do espectro autista, os primeiros indícios tenham sido negligenciados, embora, em retrospectiva, tenham sido interpretados de maneira semelhante. "Em minha visão, um dos aspectos mais dolorosos do autismo infantil é que, para os pais, o processo de perceber que algo está errado com o seu filho é bastante demorado" (Werner, Dawson, Osterling, Dinno, 2000).

Se por muito tempo eles são impedidos de perceber ou são deliberadamente cegos para isso, será extremamente desafiador superar essa falta de visão; será crucial ajudá-los a enxergar a realidade e, acima de tudo, a enfrentar essa situação.

O ambiente escolar muitas vezes suscita questionamentos sobre a igualdade ou diferença entre os alunos matriculados nas salas de aula, especificamente sobre se todos devem aprender da mesma maneira e, consequentemente, utilizar uma única metodologia de ensino-aprendizagem padronizada para todos.

O primeiro passo fundamental para implementar a inclusão de forma eficaz é aprimorar a formação dos professores. Os programas de capacitação para professores regulares e de educação especial normalmente coexistem nas faculdades de educação, porém raramente são ministrados em conjunto por professores de ambas as áreas. Esses programas devem começar a quebrar essas barreiras e integrar a instrução, seguindo a tendência das escolas públicas. As disciplinas devem abranger uma diversidade de estratégias de ensino planejadas para atender às necessidades e habilidades dos alunos com os quais esses futuros professores irão trabalhar. Em suma, o ambien-

te universitário deve refletir as salas de aula que os professores irão liderar no futuro.
Crianças e jovens no espectro do autismo frequentemente necessitam de rotinas para compreender o mundo ao seu redor. Isso implica que eles podem achar desafiadores os horários não estruturados, como o período de almoço e o intervalo.
Esses alunos muitas vezes precisam de mais tempo para processar informações e podem enfrentar dificuldades em interações sociais e de comunicação. Muitos desejam construir amizades, mas encontram dificuldades devido à falta das habilidades sociais convencionais. Infelizmente, eles são alvo frequente de intimidação, pois seus colegas podem não ter consciência ou aceitação do autismo.

OS ESPAÇOS FÍSICOS E O TEA

Se observarmos atentamente qualquer sala de aula, logo perceberemos que fisicamente existem notáveis diferenças entre os alunos presentes. Há características físicas distintas que nos diferenciam e nos tornam únicos como indivíduos. Após essa primeira análise visual na sala de aula, surge a pergunta: todos os nossos alunos são iguais? Não, os alunos são diversos entre si, e é aí que a importância da 'diversidade' se destaca. A diversidade implica um conjunto de elementos distintos, referindo-se à existência de diferenças e singularidades.
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um tipo de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) englobam transtornos que compartilham o comprometimento das funções de desenvolvimento. Este conceito mais recente foi possível devido aos avanços metodológicos nos estudos e à superação dos primeiros modelos explicativos sobre o autismo (BELISARIO E CUNHA, 2010, p. 8).

Com alunos diversos em salas de aula desde a educação infantil, cada um com características próprias, potenciais e necessidades de aprendizagem distintas, é crucial repensar os métodos de ensino-aprendizagem. A escola precisa evoluir em paralelo com a sociedade, que avança rapidamente, para garantir que os métodos educacionais não fiquem estagnados em abordagens do passado.

A inclusão e a participação são fundamentais para a dignidade humana e para o exercício dos direitos humanos, refletindo-se na educação por meio do desenvolvimento de estratégias que buscam criar oportunidades equitativas. A integração de crianças com necessidades especiais é mais eficaz em escolas inclusivas que atendem a toda a comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

A inclusão não se limita ao ambiente escolar, pois uma escola inclusiva não pode existir em uma sociedade excludente (RODRIGUES, 2003).

É essencial que escolas, professores, políticos e pais questionem a uniformidade organizacional e os paradigmas educacionais frente à realidade atual, marcada por uma população estudantil diversificada, acesso à informação, demanda por conhecimento como bem social e requisitos da sociedade global (ALARCÃO, 2003, p. 88).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista está cada vez mais presente na educação infantil. A colaboração entre família e escola é fundamental para proporcionar um acompanhamento adequado que contribua para o desenvolvimento integral do aluno com autismo
Quanto mais cedo for iniciado um tratamento adequado para uma criança diagnosticada com autismo, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento, considerando as principais dificuldades associadas ao autismo, como estabelecer relações sociais, comunicação verbal e não verbal, desenvolvimento do jogo simbólico, imaginação e adaptação a mudanças de rotina (APPDA, 2000).

Um muro demasiado alto e muito difícil de transpor. Um muro de palavras e silêncios, de gestos e expressões, de sons e de cheiros, de imagens e de toques, de intenções e de códigos. Um muro que dá para um mundo que eles não compreendem, mas no qual

estão inseridos e do qual fogem, sempre que possível, para o deles, o interior. Eles são as crianças com autismo. Cada um vive o seu mundo. Nós fazemos os possíveis para entrar no seu mundo, descobrir o que faz deles diferentes, saber porque nascem assim, qual a melhor forma de lidar com eles o que muda ao longo dos anos, enfim, entender como devemos deixá-los viver e crescer felizes (PIRES, 2003, apud FORTUNATO, 2006)

Os autistas não se sentem bem ao conviver em grupo e por isso é fundamental que ocorra um acompanhamento precoce para um tratamento adequado que auxilie no processo do convívio social.

É por meio da linguagem que o indivíduo realiza sua interação social e cultural, avançando em seu desenvolvimento social e definindo sua própria identidade. Todavia, é na linguagem e, portanto, na comunicação, que se concentra uma das dificuldades para as pessoas com autismo, uma vez que poucos desenvolvem habilidades para a conversação, embora muitas desenvolvam habilidades verbais e grande parte consiga desenvolver somente habilidades não verbais de comunicação. (ORRÚ, 2012, p.185).

Para um diagnóstico clínico preciso do Autismo, a criança deve ser extremamente examinada, tanto fisicamente quanto psico-neurologicamente. A avaliação deve incluir entrevistas com a família, observação e exame psico- mental e, algumas vezes, de exames complementares para doenças genéticas e ou hereditárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da inclusão na educação é complexa e emotiva, com defensores enfatizando a importância de valorizar todas as crianças, independentemente de suas diferenças, e promover um ambiente onde todos se sintam pertencentes e incluídos. A abordagem inclusiva busca ensinar valores cruciais aos alunos e defender a educação de todos os estudantes.
Os pais desejam que seus filhos com deficiência participem plenamente das interações sociais típicas da infância, incluindo amizades, atividades recreativas e o desenvolvimento de relacionamentos significativos. Esses aspectos emocionais intensos tornam desafiador questionar a prática da inclusão sem enfrentar críticas sobre valores de tolerância e diversidade.
Aqueles que questionam a eficácia da inclusão muitas vezes não contestam os valores subjacentes, mas sim a capacidade prática de implementação. A educação especial existe porque algumas crianças não se beneficiam dos métodos tradicionais de ensino ou de currículos padronizados. Para esses casos, é crucial oferecer instrução individualizada adaptada aos seus estilos de aprendizagem específicos. Professores especializados em educação especial recebem treinamento profissional para atender a essas necessidades únicas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.
APPDA (1993). Autismo: Integrar. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional e Secretariado Nacional de Reabilitação, 2, pp.14 – 15.
BELISÁRIO, J. F. Filho; CUNHA, Patrícia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 2 agos. 2025.
ORRÚ, silva Ester. "Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo". In: ORRÚ, Silva (ORG). Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de janeiro: Wak Editora, 2012.
RIVIÈRE, A. Definição, etiologia, educação, papel psicopedagógico da família no autismo. Curso de desenvolvimento normal e autismo. Santa Cruz de Tenerife. 1997.
_____. Tratamento do autismo como um transtorno do desenvolvimento: princípios

gerais. In A. Rivière e J. Martos (ed.) O tratamento do autismo. Novas perspectivas (23-59). Madri: Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais. 1997.
ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoliet.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
UNESCO. Inclusão e educação: tudo significa tudo. [Internet]. 2ª ed. Paris: Relatório de Monitoramento Global da Educação; 2020. Disponível em: https://www.right-to-education.org/sites/right-toeducation.org/files/resource-attachments/GEM_Report_Inclusion_2020_En.pdf. Acesso em 02 ago.2025.